

INCENTIVO

Novas formas de captação de recursos no DF devem aquecer o mercado. Uma delas é a criação de crédito com juros especiais para a classe. A outra é lei que reserva investimento para produções locais

Dinheiro a prazo

Ricardo Daehn
Da equipe do **Correio**

Dois novos instrumentos de estímulo podem fomentar a produção cultural de Brasília. O primeiro deles é uma linha de crédito especial para atender a classe artística. O outro é uma lei que propõe reserva de mercado para artistas locais. Juntos, devem movimentar a captação de recursos, que já conta com a verba do Fundo da Arte e da Cultura (FAC), atropelada por constantes atrasos na liberação das parcelas.

A parceria entre as secretarias de Cultura e de Trabalho e Direitos Humanos resultou no Crediarte, que concede empréstimo para a classe artística — entre R\$ 50 e R\$ 10 mil — semelhante a financiamento bancário. São aceitos contratos apenas de pessoas registradas no Cadastro de Entes e Agentes Culturais, mantido pela Secretaria de Cultura.

A finalidade é aquisição de bens duráveis (equipamentos) e matéria-prima (como tintas e telas, por exemplo). Ausência de restrição cadastral e a necessidade de atuar no meio há pelo menos meio ano são exigências prévias do financiamento.

“As vantagens são a rapidez na liberação de verba; os juros variáveis, mais baixos — no momento, entre 9 e 12% ao ano, em comparação aos 18% mensais dos cartões e cheques especiais — e um treinamento gerencial do empreendimento”, esclarece Dulce Pannuri, uma das criadoras do

Crediarte. O prazo para quitação varia de seis meses a um ano, e a carência oscila entre três e seis meses.

Mesmo desconfiado, já que será “uma oportunidade, se funcionar”, Victor Alegria, coordenador editorial e proprietário da editora Thesaurus, é favorável ao Crediarte. Publicações totalmente bancadas por ele — como *Antologia Pessoal*, que reúne produção de quatro destacados escritores da cidade — estariam adequadas aos benefícios. Um quarto do projeto, que consumiu R\$ 40 mil, poderia ter recebido o financiamento, e ele seria poupado “da agiotagem legalizada, imposta pelo uso do cheque especial e cartão de crédito”.

O produtor James Fensterseifer discorda dos benefícios do sistema de crédito. “Acho que a idéia de empréstimo não serve, se a gente considerar que se trata de uma classe que não tem salário fixo. Não entraria nessa. Acharia válido um prêmio para aquisição do material, em benefício de grupos comprovadamente atuantes, que oferecessem contrapartida.”

Ele vê retrocesso na área cultural em relação ao governo passado, tido como “mais próximo do perfeito”. “O projeto Arte por Toda Parte começou bem, mas se perdeu com a valorização excessiva da arte popular. Em janeiro,

por exemplo, até me surpreendi ao saber que me incluíram na lista do programa, em função da isenção que tive na taxa de ocupação do Teatro Nacional”, lembra o diretor, que anda preocupado com a morosidade no recebimento de incentivos do FAC.

PRATA DA CASA

Foi o sentimento de “valorização da nossa” cultura que motivou o deputado distrital Odilon Aires (PMDB) a conceber o projeto de Lei Nº 2.960, aprovado pela Câmara Legislativa, que aguarda sanção do governador Joaquim Roriz. A idéia é normatizar, por meio de planilhas, a garantia de que ao menos 30% dos orçamentos de cachês de músicos de eventos realizados em Brasília, patrocinados por entidades públicas, sejam emprega-

dos na contratação de artistas do Distrito Federal.

“Buscar dinheiro no Estado é fácil, mas não há acompanhamento suficiente”, comenta Aires. A aplicação da lei será fiscalizada pelo Conselho de Cultura do DF. Em benefício de manifestações artísticas locais, o projeto estipula, às empresas públicas, a obrigatoriedade da aplicação de 10% (no mínimo) da soma do incentivo semestral empregado em ações com artistas de outros estados, no semestre seguinte ao apoio. No caso de músicos, a obrigatoriedade seria de 30%.

Ainda que sancionado, o projeto não terá repercussão imediata: no decorrer do período

eleitoral, as empresas públicas — como a CEB e a Caesb — estão afastadas de apoio que envolva renúncia fiscal.

“Só a abertura de espaço para a discussão já é positiva. É hora de valorizar a prata da casa, já que agora estão aparecendo expoentes de uma cultura verdadeiramente brasiliense. A cidade não pode estar associada a modernismos, mas expor sua identidade própria”, avalia o cineasta William Alves.

SERVIÇO

CREDIARTE —

Crédito para artistas locais. Mais informações na Secretaria de Trabalho e Direitos Humanos (1º andar do Edifício Bittar 3 — 511 Norte). Informações: 348-3510, 348-3517 e 272-0500.

